

ACTA nº 75/XII/ 2.ª SL

Em 22 de janeiro de 2013, pelas 17 horas e 5 minutos, reuniu a Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte

Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Distribuição de iniciativas:

Conta Geral do Estado 2011.

3. Apreciação de parecer:

Proposta de Resolução nº 51/XII/2ª - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América para a Troca de Informação de Rastreamento de Terrorismo, assinado em Washington, em 24 de julho de 2012", Deputado Relator António Serrano (PS).

4. Apreciação da Proposta do GP PS para um conjunto de audições na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas no âmbito da língua, cultura, lusofonia e aplicação do acordo ortográfico.

5. Aprovação da ata da reunião nº 74, da reunião de 16 de janeiro de 2013.

6. Outros assuntos.

Depois de verificado o quórum, o Senhor Presidente da Comissão começou a dirigir os trabalhos da Comissão e deu início à reunião com o

Ponto nº 1 da OD

O Senhor Presidente da Comissão informou ter recebido documentação da Rede Aga Khan sobre uma celebração importante, tendo já falado com a Presidente da Assembleia da República, que distribuirá aos Grupos parlamentares.

A Senhora Deputada Mónica Ferro interrogou sobre a composição da representação da Assembleia da República à Conferência interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), tendo

o Senhor Presidente da Comissão informado que a matéria esteve agendada na última Conferência de Presidentes de Comissões e fora adiada a pedido do Presidente da Comissão de Assuntos europeus, e que espera seja abordada na próxima Conferência de Presidentes de Comissões.

Ponto nº 2 da OD

O Senhor Presidente da Comissão informou ter dado entrada na Comissão um pedido da Comissão de Orçamento e Finanças de parecer sobre a Conta Geral do Estado - 2011, que foi distribuída ao Grupo parlamentar do PCP, que elaborará o respectivo parecer.

Ponto nº 3 da OD

O Senhor Presidente da Comissão informou ter presente a versão final do projeto de Parecer do Senhor Deputado Relator António Manuel Serrano sobre a Proposta de

Resolução nº 51/XII/2ª - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América para a Troca de Informação de Rastreamento de Terrorismo, assinado em Washington, em 24 de julho de 2012", após ter sido recebido o parecer solicitado à Comissão de Assuntos constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O Senhor Deputado António Manuel Serrano apresentou a versão final do projeto de Parecer, que elaborara na qualidade de Relator da Proposta de Resolução nº 51/XII/2ª - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América para a Troca de Informação de Rastreamento de Terrorismo, assinado em Washington, em 24 de julho de 2012", referindo o parecer recebido da Comissão de Assuntos constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que consta como anexo do Parecer em análise, e que este Acordo, assinado em Washington, integrou já as sugestões da Comissão Nacional de Proteção de Dados, elaboradas em 2010.

A Senhora Deputada Helena Pinto cumprimentou o Senhor Deputado Relator pelo projeto detalhado de Parecer, que questionou, e interveio sublinhando a importância da sugestão da Comissão de Assuntos constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias de pedido de Parecer à Comissão Nacional de Proteção de Dados sobre o texto final do Acordo em análise, antes do respectivo agendamento em Plenário, conforme sugestão da Relatora, Deputada Isabel Moreira, bem como relevando outra sugestão da Deputada Relatora de aprovação de uma *declaração interpretativa* pela Assembleia da República sobre este Acordo, que considerou ser uma questão política de fundo.

O Senhor Deputado Nuno Magalhães interveio, recordando anterior debate e considerando tratar-se de Acordo e de matérias sensíveis, que terão apreciação política, e felicitou o Senhor Deputado Relator pelo projeto de Parecer, que elogiou pelo rigor, correção e clareza, salientando tratar-se de matéria especial de exceção de combate ao terrorismo, que é essencial.

Considerou que o Parecer a pedir à Comissão Nacional de Proteção de Dados, conforme referido pela Deputada Relatora da Comissão de Assuntos constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e pela Senhora Deputada Helena Pinto, fará sentido

mais tarde para as medidas de densificação concretas do Acordo, sendo agora extemporâneo.

O Senhor Deputado António Rodrigues interveio, considerando que o Parecer em análise expressa tudo o que está em equação, revendo-se no enquadramento feito na anterior intervenção sobre um pedido do Parecer à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

O Senhor Deputado João Ramos interveio, recordando o Parecer da Comissão de Assuntos constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e notando que as sugestões aí feitas não estão refletidas no projeto de Parecer em análise, conforme deveriam ser.

A Senhora Deputada Maria de Belem Roseira interveio sobre a ponderação da forma escolhida para o combate ao terrorismo e a salvaguarda de princípios importantes consagrados constitucionalmente, fundamentando, ponderando e recordando anterior debate político deste Acordo, negociado durante anterior governo, e notou os elogios feitos ao projeto de Parecer em análise.

O Senhor Deputado Relator agradeceu os comentários, sugestões e elogios feitos nesta matéria sensível e de exceção, que foram ponderados, interveio recordando a política de proteção de dados e a cautela da avaliação pedida na primeira fase de negociação do anteprojecto do Acordo com integração de sugestões, seguindo-se, ainda, a fase de implementação do Acordo com as verificações de proteção de dados oportunas, e esclareceu que se a Deputada Relatora da Comissão de Assuntos constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias o tivesse incluído na parte votada do seu Parecer, também teria incluído um pedido de Parecer à Comissão Nacional de Proteção de Dados, fundamentando o seu ponto de vista no projeto de Parecer apresentado.

O Senhor Presidente da Comissão enquadrou o trânsito normal da iniciativa legislativa, sem violação da Constituição, referiu a hierarquia das normas jurídicas e sublinhou que prevalece sempre o Direito interno na aplicação do Acordo, recordando

casos anteriores, e considerou que a consulta da Comissão Nacional de Proteção de Dados deveria incidir na fase de formação da vontade do decisor, não na atual fase do Acordo, notando tratar-se de matéria e de relações da UE com os EUA muito sensíveis.

A Senhora Deputada Helena Pinto retomou o sentido da sua anterior intervenção, com os pedidos de esclarecimentos feitos ao Relator, reservando a sua posição para o Plenário.

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração as Conclusões do projeto de Parecer em apreciação, que foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis dos Senhores Deputados presentes dos Grupos parlamentares do PSD, do PS e do CDS/PP, e as abstenções dos Senhores Deputados presentes dos Grupos parlamentares do PCP e do BE.

O Senhor Presidente da Comissão agradeceu ao Senhor Deputado Relator o difícil trabalho apresentado.

Ponto nº 4 da OD

A Senhora Deputada Maria de Belem Roseira recordou a anterior apresentação da Proposta do Grupo parlamentar do PS para um conjunto de audições na Comissão, no âmbito da Língua, Cultura, Lusofonia e aplicação do Acordo ortográfico, e afirmou disponibilidade para aceitar sugestões.

A Senhora Deputada Mónica Ferro interveio e manifestou reserva em relação

- à não duplicação/sobreposição do proposto com o Grupo de trabalho criado na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, e
- às prioridades das audições propostas, especificando em relação
 - à Academia Galega, que é privada e não deve ser prioritária, e

- ao Embaixador do Brasil, que não deve ser chamado sobre a aplicação interna do Acordo ortográfico, sublinhando que, neste caso, também há que acautelar o Acordo ortográfico.

Recordou haver outras audições em atraso

- do Dr. Pedro Reis, prevista desde o Verão,
- do Ministro dos Negócios Estrangeiros, regimental, que deverá ocorrer ainda em Fevereiro, e
- dos embaixadores de Portugal abrangidos pelo movimento diplomático, que terão que realizar-se em Fevereiro, e

informou que apresentará proposta para outras audições, bem como uma proposta de constituição de Grupo de trabalho sobre o ensino do Português no estrangeiro.

O Senhor Deputado Lino Ramos interveio acompanhando as palavras da Senhora Deputada Mónica Ferro, sublinhando a dificuldade em chamar o Embaixador do Brasil à Comissão, e considerou possível articular esta temática com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

O Senhor Deputado Bernardino Soares cumprimentou o Grupo parlamentar do PS pela iniciativa, recordando a oposição do PS à formação do Grupo de trabalho criado na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, e concordando com um Grupo de trabalho misto das duas Comissões.

Integrou esta iniciativa num conjunto de debates mais vastos, já a decorrer no País e concordou com as observações feitas pelos Grupos parlamentares do PSD e do CDS/PP.

A Senhora Deputada Helena Pinto afirmou partilhar as observações já feitas.

A Senhora Deputada Gabriela Canavilhas recordou ter defendido a participação do PS no Grupo de trabalho criado na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, considerando essa proposta do PCP muito oportuna.

Sublinhou que na Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas importa o lado internacional do Acordo ortográfico e salientou a separação do foro político do foro académico, bem como não haver duplicação com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

A Senhora Deputada Maria de Belem Roseira afirmou que o Grupo parlamentar do PS acolhe todas as sugestões e enquadró a audição de embaixadores em convites prévios.

O Senhor Deputado Bernardino Soares propôs a formação de um Grupo de trabalho conjunto, com a participação de qualquer deputado, fundamentando.

O Senhor Presidente da Comissão fez o ponto da situação do debate e sugeriu a formação de um Grupo de trabalho, que se articulará com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, ponderando alternativas em diálogo com os Senhores Deputados Maria de Belem Roseira, Bernardino Soares e Pedro Silva Pereira.

O Senhor Deputado Pedro Silva Pereira afirmou que não está em causa o conflito de competências com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, pois as competências estão bem definidas, sublinhando que na Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas estão em causa outras questões mais vastas.

Entendeu que um Grupo de trabalho misto pode introduzir complicações, explicando a sugestão do Grupo parlamentar do PS para as audições sobre a Língua portuguesa, admitindo as audições serem conjuntas.

Considerou problemático chamar o Embaixador do Brasil sobre o Acordo ortográfico, o que só poderá ser sobre temas mais vastos, e admitiu que a Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas poderá convidar o Grupo de trabalho da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

A Senhora Deputada Mónica Ferro enquadró as audições propostas no Plano de atividades da Comissão.

A Senhora Deputada Helena Pinto sugeriu que o Senhor Presidente da Comissão falasse com o Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura para evitar duplicações.

O Senhor Deputado Paulo Pisco referiu-se à intervenção do Senhor Deputado Pedro Silva Pereira e explicou o âmbito mais dilatado da dimensão das audições propostas, aceitando uma metodologia que evite duplicações, concordando com a referência feita à Academia galega.

O Senhor Presidente da Comissão fez a síntese do debate:

- as competências das comissões estão identificadas, distinguindo a vertente técnica/ Comissão de Educação, Ciência e Cultura da vertente da política externa da Língua/ Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas, propondo-se ir falar ao Presidente da 8ª Comissão,
- recordou as audições dos Embaixadores do Brasil, da China e dos EUA, já previstas anteriormente,
- as reuniões estarão abertas a outros deputados, não havendo acolhimento à ideia da comissão mista, explicando.

O Senhor Deputado Bernardino Soares disse ter dúvida sobre a solidez da solução e ir esperar que o tempo aclare a solução, e referiu que é o Deputado Carlos Enes, que preside ao Grupo de trabalho da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

O Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração a proposta com as correções e sugestões feitas e aceites pelos proponentes, que mereceu o consenso dos Senhores Deputados presentes do PSD, do PS, do CDS/PP, do PCP e do BE.

Ponto nº 6 da OD

O Senhor Presidente da Comissão dialogou com os Senhores Deputados Bernardino Soares, Mónica Ferro e Maria de Belem Roseira sobre audições futuras dos

embaixadores e as audições regimentais do Ministro dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente a que não se realizou em 8 de Janeiro passado, prevendo recalendarizá-la.

Ponto nº 5 da OD

O Senhor Presidente da Comissão informou estar em apreciação a ata nº 74, da reunião de 16 de janeiro de 2013, que colocou à consideração dos Senhores Deputados presentes do PSD, do PS, do CDS/PP, do PCP e do BE, e que, não havendo reserva, se considerou aprovada.

A reunião foi encerrada às 18 horas e 25 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Palácio de São Bento, 25 de janeiro de 2013.

O Presidente da Comissão



(Alberto Martins)